



Project no. GOCE-036955

LUPIS

Land Use Policies and Sustainable Development in Developing Countries

**Specific Targeted Project
Integrating and Strengthening the European Research Area
Work Package 7**

Relatório do trabalho no Território do Sisal (Valente - Ba)

Análise da política pública ligada ao PRONAF

**Gaëlle Corcy ENSV França
Marc Piraux CIRAD/UFCG
Sergio Guilherme de Azevedo EMBRAPA SEMI-ÁRIDO
Pedro Carlos Gama da Silva EMBRAPA SEMI-ÁRIDO
Jean-philippe Tonneau CIRAD**

Fevereiro de 2011

PRONAF	1
SUMARIO	ERREUR ! SIGNET NON DEFINI.
FIGURAS	3
QUADROS	3
1 CONCEPÇÃO (NÍVEL FEDERAL)	4
1.1 PROJETO DE SOCIEDADE	4
1.2 OBJETIVOS DEFINIDOS (IMPLÍCITOS E EXPLÍCITOS)	5
1.3 ESTRATÉGIA ESCOLHIDA E EVOLUÇÃO	5
1.4 CONTEUDO	ERREUR ! SIGNET NON DEFINI.
1.5 A TRAJETORIA DUM EMPRESTIMO PRONAF	7
1.5.1 Criação dum projeto.....	7
1.5.2 Declaração de Aptidão ao Pronaf.....	8
1.5.3 Assitência técnica.....	9
1.5.4 Encaminhamento da demanda de crédito.....	10
1.6 AVALIAÇÃO E MEDIDAS DE IMPACTOS	11
2 IMPLEMENTAÇÃO AO NÍVEL DO TERRITÓRIO	12
2.1 QUEM APROVEITA MAIS DO PRONAF.....	12
2.2 OS ATORES DO TERRITÓRIO	13
2.2.1 Monitoramento.....	13
2.2.2 Os bancos e as cooperativas.....	13
2.2.3 As empresas de ATER.....	13
2.2.4 Os agricultores familiares e as associações.....	14
2.3 RECURSOS	14
2.4 AÇÕES IMPLEMENTADAS	15
2.4.1 Projetos do PRONAF no territorio.....	15
2.4.2 Montantes dos créditos PRONAF.....	16
3 GOVERNANÇA	19
3.1 INTER-RELAÇÕES ENTRE OS ATORES.....	19
3.2 SISTEMA DE ORIENTAÇÃO E DO MONITORAMENTO	21
3.3 PROBLEMAS, EVOLUÇÃO E AJUSTES	21
3.3.1 Os produtores	21
3.3.2 As taxas de inadimplência altas ao inicio.....	21
3.3.3 A demora para conseguir um emprestimo.....	22
3.3.4 Como dar uma boa assistência técnica com uma meta de 200 agricultores familiares/técnico/ano.....	22
3.3.5 Como não prestar a assistência técnica aos mesmos produtores.....	23
3.3.6 A problematica da EBDA	23
4 IMPACTOS PROVAVEIS DO PRONAF	23
4.1 IMPACTOS SOCIAIS	23
4.2 IMPACTOS ECONOMICOS	24
4.3 IMPACTOS INSTITUCIONAIS.....	25
4.4 IMPACTOS AMBIENTAIS.....	25
4.5 IMPACTOS E INDICADORES	26
PESSOAS ENTREVISTAS	32
BIBLIOGRAFIA.....	34
4.6 IMPACTOS AMBIENTAIS.....	38

Figuras

Figura 1: encaminhamento de um projeto PRONAF.....	8
Figura 2: Número de contatos e montante total dos créditos do PRONAF no Território do Sisal por ano. FONTE: Sistema de Monitoramento e Avaliação do PRONAF (SMAP). Acesso 02/06/2010.....	16
Figura 4: Repartição do número de créditos PRONAF contratualizados entre Janeiro de 2000 e Abril de 2010 no Território do Sisal.....	17
Figura 4: número de agricultores familiares por município no Território do Sisal (Fonte: IBGE CENSO 2006, dados do Sistema de informações territoriais, MDA: http://sit.mda.gov.br/).....	17
Figura 5: Repartição do montante total de empréstimos PRONAF na Safra 2008/2009 (Fonte: SEAGRI Bahia).....	19
Figura 6: Inter-relações entre os atores do PRONAF.....	20

Quadros

Quadro I: número de contratos do PRONAF e montante por modalidade entre 2000 e 2009..	12
Quadro II: Número de agricultores familiares e conjunto dos empréstimos PRONAF feitos na safra 2008/2009	18

1 CONCEPÇÃO (NÍVEL FEDERAL)

1.1 Projeto de sociedade

De acordo com Ranusio Santos Cunha, antes do PRONAF, os recursos da União para desenvolver a agricultura iam para grandes produtores, que já tinham formações. Esses produtores ficavam em maioridade no sul e no sudeste do Brasil. Com efeito, para os políticos, a agricultura dos pequenos produtores do Nordeste não era viável e não podia produzir tanto como o Sul do país. Assim, os produtores dependiam dos políticos que davam alimentos aos produtores “*para ganhar votos*”. Vinte anos atrás, as organizações sociais do Brasil inteiro começaram a atuar para mudar isso e favorecer a agricultura dos pequenos produtores. Achavam que isso não promovia a agricultura e não era sustentável. As organizações iniciarão projetos tal que “fundos rotativos” para produzir no respeito do ambiente. Com efeito “*não se promove o desenvolvimento dando alimento mas dando serviço financeiro e educação*” (Ranusio Cunha).

Em 1994, depois de muita pressão dos agricultores familiares através de inúmeras mobilizações sociais realizadas desde 1992 por diversos movimentos sociais, com destaque para a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e para o Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores (DNTR-CUT), foi criado o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (Provap). Em 1995, fruto das mobilizações dos agricultores familiares no II GRITO DA TERRA BRASIL, o governo federal criou o Pronaf por meio de uma Resolução do Conselho Monetário Nacional, substituindo o Provap. Nesta safra somente o crédito de custeio foi liberado. Foram beneficiados os agricultores com menos de 4 módulos fiscais que utilizavam trabalho direto familiar (admitida à contratação eventual de terceiros), que tinham, no mínimo, 80% da renda familiar originária da exploração agropecuária e que morassem na propriedade ou em aglomerado rural ou urbano próximo. Em 1996 o Pronaf foi regulamentado por meio de Decreto Lei (nº. 1946/96). Por pressão da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), a classificação dos beneficiários do Pronaf foi alterada, permitindo que agricultores com até 2 empregados permanentes fossem enquadrados no programa. O limite dos financiamentos por beneficiário foi definido em R\$ 5 mil para o crédito de custeio e R\$ 15 mil para o crédito de investimento, valores que permaneceram até 2003 (Bonnal et Kato 2009).

O PRONAF é uma política desconcentrada do governo federal promovida pelo Ministério da Agricultura e do Abastecimento até 1999 quando foi transferido ao recém criado Ministério do Desenvolvimento Agrário. A elaboração do PRONAF e suas modificações são feitas em contato com:

- representações dos agricultores familiares;
- bancos e outras organizações;
- Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf).

Os beneficiários do Programa podem estar descritos assim: devem ser agricultores familiares, sejam eles proprietários, assentados, posseiros, arrendatários, parceiros ou meeiros que utilizem mão-de-obra familiar e que tenham até 2 empregados permanentes. Além disso, não devem deter, a qualquer título, áreas superiores a 4 módulos fiscais, e devem ter, no mínimo, 80% (oitenta por cento) da renda familiar bruta anual proveniente da atividade agropecuária, pesqueira e/ou extrativa e, ainda, residir na propriedade ou em povoado próximo (Bonnal et Kato 2009).

1.2 Objetivos definidos (implícitos e explícitos)

O PRONAF tem vários objetivos no âmbito da agricultura familiar:

- melhorar a qualidade de vida no segmento da agricultura familiar;
- promover o desenvolvimento sustentável (aumento da produtividade do trabalho agrícola, conjugado com a proteção do meio ambiente) do segmento rural constituído pelos agricultores familiares;
- fortalecer a agricultura familiar, promovendo sua inserção competitiva nos mercados de produtos e fatores (Cardoso 1996).

1.3 Estratégia escolhida e evolução

O PRONAF dá acesso a um crédito com as melhores taxas de juros do mercado brasileiro com a condição de ter uma assistência técnica. Essa política pública proporciona linhas diversificadas de financiamento (custeio e investimento) para os agricultores familiares que visa à:

- apoio financeiro:
 - aos projetos, individuais ou coletivos, nas atividades agropecuárias e não-agropecuárias que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária;
 - com as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, além das menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do País;
- a formação e a profissionalização dos agricultores familiares, acompanhados de apoios ao serviço de vulgarização e de formação;
- o financiamento de infra-estruturas sociais e econômicas das regiões à forte presença da agricultura familiar, vinculando este esforço à promoção da parceria (criação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural) (Tonneau et Sabourin 2009);
- promover parcerias entre os poderes públicos e o setor privado para o desenvolvimento das ações previstas, como forma de se obter apoio e fomentar processos autenticamente participativos e descentralizados (Cardoso 1996).

1.4 Conteúdo

Em 1994 e 1995 criaram o Provap apenas como uma linha de crédito de custeio para pequenos agricultores.

O PRONAF prevê duas modalidades de empréstimo¹:

- O custeio que se destina ao financiamento das atividades agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização e comercialização de produção própria ou de terceiros agricultores familiares enquadrados no Pronaf;
- O investimento que se destina ao financiamento da implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e serviços, agropecuários ou não agropecuários, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas.

Em 1997, com a pressão do IV GRITO DA TERRA e de agricultores no Rio Grande do Sul, tem-se a criação do Pronaf Especial (Pronafinho), destinado aos agricultores de menor renda e que garantia um rebate fixo de R\$ 200,00 por contrato. Neste ano, também começaram os primeiros contratos da linha PRONAF Infra-estrutura e Serviços Municipais, que tinha como objetivo a formulação de Planos Municipais de Desenvolvimento Rural que deveriam nortear o desenvolvimento rural do município através do planejamento participativo através do CMDR. Entre os beneficiários do PRONAF foram incluídos os pescadores artesanais, aqüiculturas e seringueiros extrativistas.

A partir de 1998, o Pronaf concentrou apenas linhas de crédito diferenciadas que procuram incluir, ao lado de objetivos produtivistas, metas sociais e ambientais e temas como identidades culturais, energias alternativas, gênero e geração. Assim em 1998, foi criado o Pronaf Especial de Investimento, com um rebate de R\$ 700,00 no saldo devedor quando o crédito fosse grupal ou coletivo, e iniciou-se uma linha de crédito para a agroindústria familiar, com os primeiros projetos do Pronaf Agroindústria e do Agregar (Agregação de Renda da Agricultura Familiar).

Em 1999 o Pronaf passou do Ministério da Agricultura para o recém criado Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Para fins do crédito do Pronaf as famílias passam a ser enquadradas nos Grupos “A”, “A/C”, “B”, “C”, “D” e “E”. Essa classificação leva em conta a renda bruta anual gerada pela família, o percentual dessa renda que veio da atividade rural, o tamanho e gestão da propriedade e a quantidade de empregados na unidade familiar. Assim as linhas A e A/C se destinam aos beneficiários da Reforma Agrária e a linha B aos produtores de menor renda e prevê um bônus de adimplência se o produtor pagar em dia. Para fazer o PRONAF B, não precisa duma assistência técnica.

¹ <http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf/2258856>. acesso 24/05/2010

Em 2002 as preocupações ambientais começaram a ser mais “sentidas” no programa, criando-se o Pronaf Florestal destinado a investimentos em silvicultura e sistemas agroflorestais, inclusive com pagamento de assistência técnica nos primeiros anos do projeto. Foi concedido um teto adicional no crédito para o grupo C (custeio e investimento) quando destinado a financiar produtores que estivessem com seu sistema produtivo em transição à produção agroecológica.

Em 2003 foi criado um financiamento especial para o público feminino que tem com o objetivo gerar uma segunda renda na família para investimento na propriedade familiar, independente do marido ou companheiro ter tido acesso aos financiamentos tradicionais de custeio e investimento do programa: o PRONAF Mulher².

O Plano Safra da Agricultura Familiar 2007/2008 se destaca pela criação do Pronaf Jovem: foram agregadas diretrizes da Secretaria Nacional da Juventude nas normas do crédito rural do Pronaf. Assim, a faixa etária do Pronaf Jovem passa a se adequar ao que foi adotado pelo conjunto das políticas de juventude do País, ou seja, jovens com idade entre 16 e 29 anos poderão acessar os financiamentos. Até a safra passada, a idade limite era 25 anos.

Em 2008/2009 e motivada pela crise alimentar que atingiu a economia mundial em 2008, é lançado o Plano Safra 2008/2009 - Mais Alimentos. Há a criação de uma linha de crédito para investimentos em infra-estrutura que destinará recursos para investimento em infraestrutura produtiva, o que inclui ações como compra de máquinas e equipamentos, correção de solos, irrigação, plasticultura, armazenagem, formação de pomares, formação de sistemas agroflorestais e melhoria genética, entre outros.

A partir do dia primeiro de julho de 2008 esta classificação se modificou. Os grupos C, D e E do Pronaf foram extintos, constituindo uma única categoria intitulada Comum. Os grupos A (crédito para a reforma agrária) e B (microcrédito rural) não foram alterados (Bonnal et Kato 2009).

Assim existem 15 linhas do PRONAF com diferentes condições de pertença e de créditos, o PRONAF sendo uma política agrícola diferenciada para os diversos tipos de produtores rurais (ANNEXE 1).

1.5 A trajetória de um empréstimo PRONAF

1.5.1 Criação dum projeto

O MDA apresenta os projetos como iniciativas dos agricultores familiares que devem então avaliar o projeto que pretendem desenvolver. Os projetos devem gerar renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária, seja para o custeio da safra, atividade agroindustrial, investimento em máquinas, equipamentos ou

² <http://www.planalto.gov.br/consea/exec/noticias.cfm?cod=2823>. Acesso 20/07/2010

infraestrutura. Após a decisão do que financiar, a família deve procurar o sindicato rural ou a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola SA (EBDA) para obtenção da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Em seguida o agricultor deve procurar a empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) do município para elaborar o Projeto Técnico de Financiamento³. Na pratica a maioria dos projetos PRONAF são criados pelos técnicos da ATER considerando a situação particular do agricultor. Assim os produtores são motivados pelos técnicos ou pelos bancos para contratar um crédito PRONAF.

Em seguida o projeto é encaminhado para análise de crédito e aprovação do agente financeiro. Aprovado o Projeto Técnico, o agricultor familiar está apto a acessar o recurso e começar a implementar o projeto com o apoio do técnico que avisa o banco quando o produtor precisa dos recursos.

Esse caminho fica ilustrado na Figura 1.

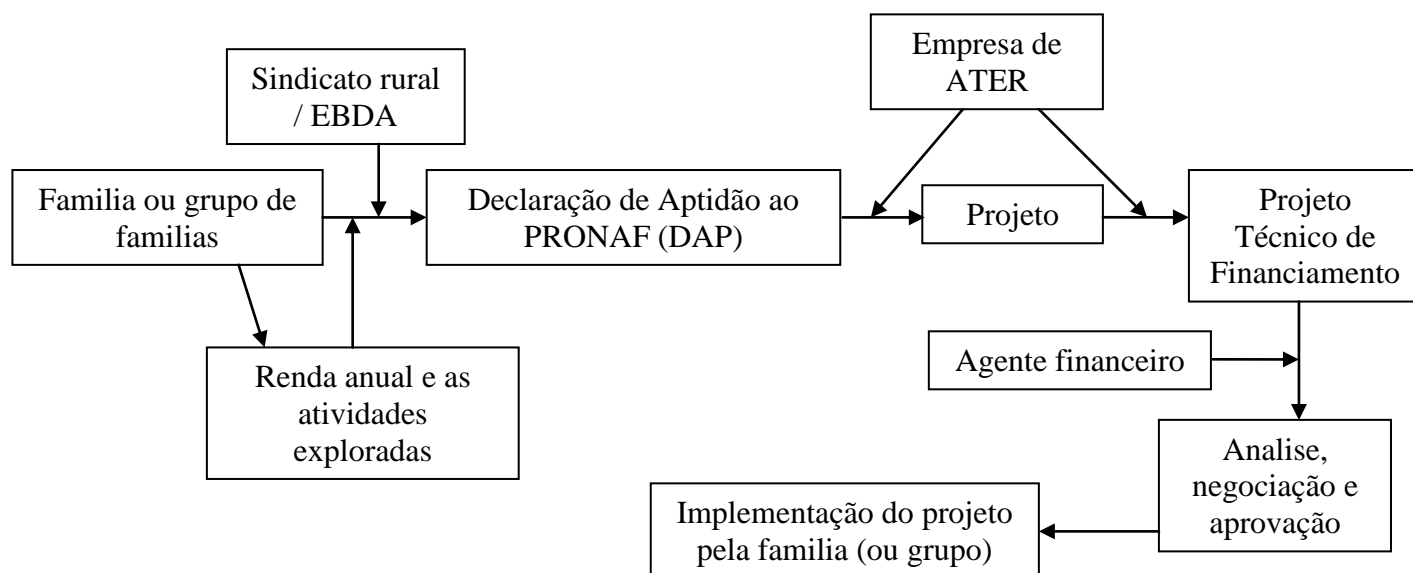


Figura 1: encaminhamento dum projeto PRONAF

1.5.2 Declaração de Aptidão ao Pronaf

A DAP tomou muito importância ao longo dos anos: foi criada para os produtores comprovarem que estiverem agricultores familiares e assim ingressar o crédito PRONAF. Em 2010 a comprovação do estatuto agricultor familiar através da DAP é utilizada em outros casos. Assim para entrar no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) ou nas casas particulares a DAP é necessária.

³ <http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf>. Acesso 24/05/2010

1.5.3 Assistência técnica

O crédito deve ser direcionado por uma assistência técnica para os agricultores familiares aproveitar do empréstimo. A assistência técnica é prestada pelo governo (EBDA) ou por organizações financiadas pelo governo. Essa assistência deve ser paga pelo produtor pela lei: ele paga 2-3% do que acessa o que não é suficiente para pagar a assistência e o governo financia uma grande parte através de outros programas. Com efeito, o produtor não tem condições para pagar (Ranusio Santos Cunha).

Assim a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) assim como a Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES) são políticas públicas do governo federal de apoio técnico respectivamente aos agricultores familiares e assentados. Essas políticas são indispensáveis ao PRONAF, a assistência técnica sendo uma condição necessária a concessão do crédito exceto o PRONAF B. Assim os impactos do PRONAF não podem ser estudados sem considerar os impactos dessas políticas.

O programa ATER tem o objetivo de chegar à sustentabilidade da propriedade, emancipando as famílias. Por isso os técnicos organizam a propriedade para o produtor ter acesso ao crédito, ferramenta indispensável para chegar àquela sustentabilidade (Glerton Mota). Assim para fazer o crédito PRONAF, os técnicos preparam os produtores e sua propriedade o que pode demorar uns anos.

Para a ATER funcionar bem, o técnico tem que ver os agricultores familiares uma vez por mês ou um mês sim, um mês não. Com uma meta de 200 agricultores familiares por técnico como previsto no PNATER, os técnicos têm que trabalhar ao nível da associação. Assim na região sisaleira a maioria das comunidades têm uma associação o que facilita o trabalho. Se não o técnico ajuda na formalização da comunidade numa associação. Quando o técnico chegar para apoiar os produtores, faz um Diagnóstico Rápido Participativo, tomando conta das particularidades da comunidade, identificando os problemas, envolvendo a comunidade no processo. Em seguida o técnico faz um Planejamento Rápido Participativo. Uma vez o projeto de ATER feito, o técnico direciona as ações, priorizando as ações coletivas e apoiando individualmente os produtores com problemas.

A maioria das empresas de ATER trabalha todos os eixos: social, técnico, familiar, ambiental...assim o técnico entra num processo de confiança e de conquista das famílias (Ranusio Santos Cunha, Glerton Mota, Virginia).

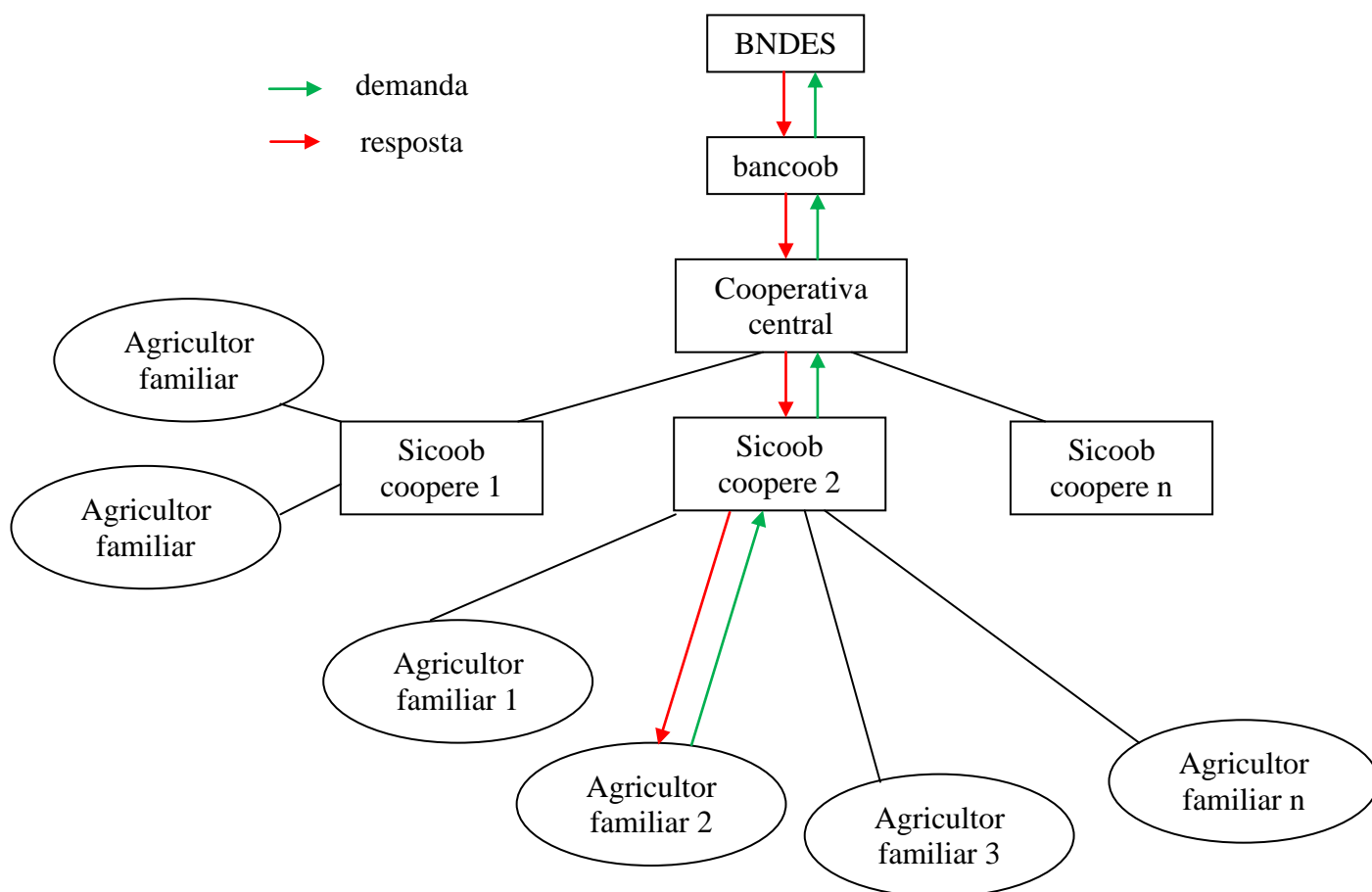
Nos assentamentos, a assistência técnica é prestada pela ATES ou ATER. Com efeito, de 2006 a 2008, os assessorios dos movimentos a prestavam, mas numa pequena escala. Desde 2008 a EBDA tem que a prestar a uma escala maior, mas só começou em abril de 2010 a funcionar por causa de problemas na implantação as equipes de técnicos no território. Assim os técnicos não prestam a assistência técnica ainda, mas fazem Diagnosticos Rápidos Participativos. Por isso muitos assentados

têm uma assistência técnica prestada através da ATER (Ezequiel Santiago, Nelson Mandela).

1.5.4 Encaminhamento da demanda de crédito

Que o agente financeiro seja um banco ou uma cooperativa, o encaminhamento é diferente. Com efeito, os riscos tomados são diferentes, o que explica o grau de dificuldade que um produtor encontra para fazer o empréstimo (Ranusio Santos Cunha).

1.5.4.1 Funcionamento do crédito com uma cooperativa



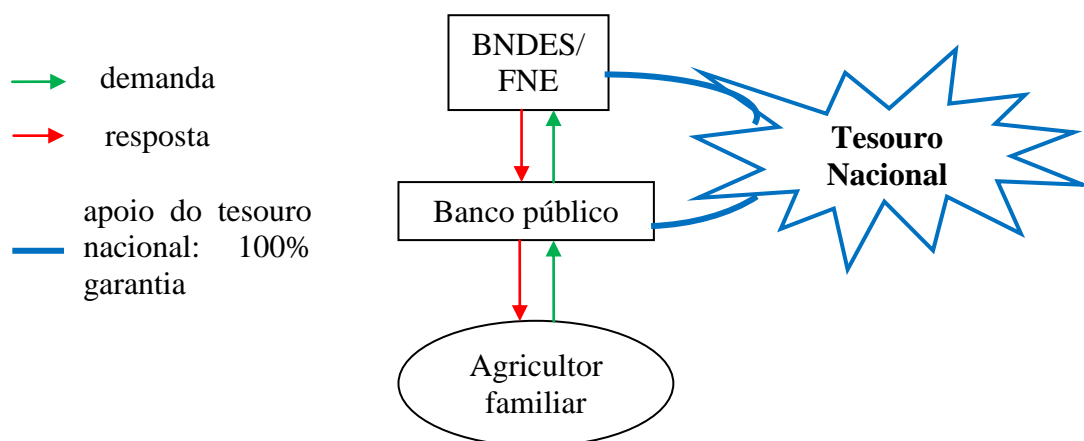
Quando um produtor quiser fazer um empréstimo com o PRONAF, tem uma cadeia de demanda que vai até o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDDES) que aprova a demanda. Essa cadeia desce rapidamente até o produtor que recebe o dinheiro. Se o produtor não reembolsa, são todos os outros produtores do sistema de cooperativas que têm que assumir e pagar porque o governo não ajuda.

Assim além de pagar os gastos administrativos, as cooperativas tomam riscos sem nenhuma compensação atrás, os juros sendo muito baixo. Por isso fazem poucos empréstimos PRONAF.

Os membros da cooperativa ganham dinheiro se é bem administrada: assim, se tem benefícios, são redistribuídos. As cooperativas não têm objetivos lucros, só quer realizar desejos.

Esse funcionamento é próprio a uma cooperativa.

1.5.4.2 Funcionamento do crédito com um banco público



Com esse funcionamento de apoio do tesouro nacional, as conseqüências duma inadimplência são menores para o banco: o tesouro nacional paga as inadimplências. Por enquanto pode demorar antes um produtor conseguir o empréstimo, o caminho sendo muito burocrático. Esses caminhos são diferentes em função do banco, assim fica mais rápido de conseguir o crédito no banco do Brasil que no banco do Nordeste (Divanildo).

A fonte de recursos dos bancos não são os mesmos: a fonte do banco do Nordeste é o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e a fonte do banco do Brasil é o BNDDES.

Os diferentes tipos de créditos/ os beneficiários e os produtos/as condições de elegibilidade/**operadores reconhecidos (bancos, cooperativos)...**

1.6 Avaliação e medidas de impactos

Quais são as medidas de impactos previstas? Como medir se os objetivos foram alcançados: as metas e os dispositivos de avaliação.

2 IMPLEMENTAÇÃO AO NÍVEL DO TERRITÓRIO

2.1 Quem aproveita mais do PRONAF

Ao começo, o Sul e o Sudeste aproveitaram mais e até hoje, 60% do orçamento do PRONAF vai para o Sul e o Sudeste (e melhorou muito). Porque? De acordo com Ransio Santos Cunha, tem três razões:

- o clima é mais favorável e a produção é cíclica;
- a organização social é melhor;
- a representação política é bem desenvolvida: desde o começo, os Agricultores Familiares têm representantes.

Em comparação, no Nordeste:

- a organização social não é tão forte, exceto no Território do Sisal;
- os agricultores familiares não têm representantes políticos do campo: os representantes do Estado defendam a oligarquia e os representantes que defendam a AF são das metrópoles e não conheçam a realidade do campo;
- o clima do Nordeste é uma tomada de riscos: uma produção se pode perder em um período de estiagem se não chova.

Demais, o Nordeste precisa mais de créditos de investimento que de custeio (Quadro I). Assim, se produz vacas, caprinos e ovinos, produção só rentável em 8 anos: precisa de mais tempo para viabilizar e reembolsar os empréstimos. Os créditos de investimentos são mais ariscados e então mais complicados a obter.

Quadro I: número de contratos do PRONAF e montante por modalidade entre 2000 e 2009.
FONTE: Sistema de Monitoramento e Avaliação do PRONAF (SMAP)4. Acesso: 02/06/2010.

	Contratos	Montante (milhões)
Total Custeio	9512	16
Total Investimento	41323	93
TOTAL	50835	109

2.2 Os atores do território

2.2.1 Monitoramento

O PRONAF é monitorado pela Superintendência de Agricultura Familiar (SUAF) da Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária (SEAGRI) e a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola SA (EBDA) ao nível estadual.

2.2.2 Os bancos e as cooperativas

Os bancos que atuam ou tem atuado no território são o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), o Banco do Brasil e o Bradesco. Atualmente o Bradesco parou.

O BNB atua em todos os municípios do Território do Sisal, motivando e provocando as demandas se for pertinente. Esse trabalho de apresentação dos produtos do banco nas organizações de cada segmento (lojas/fabricas/agricultura familiar) e de motivação dos produtores é uma evolução do BNB que antes funcionava mais para dentro. Por isso e para atender melhor os produtores, e estarem lidando com todas as pessoas, os funcionários fazem curso constantemente.

Os técnicos do Banco do Nordeste motivam os produtores para fazer o PRONAF B chamado neste banco “crédito agroamigo”, mas não acompanham todos os empréstimos por conta do tempo (um técnico por município): o técnico ajuda e fiscaliza os empreendedores.

Para as outras linhas do PRONAF, a superintendência do banco (ao nível estadual) é quem firma os convênios ou termos de parcerias no estado, com órgãos de governo que atuam com a ATER ou a ATES. Assim a assistência técnica é dada pelas empresas de ATER.

2.2.3 As empresas de ATER

O crédito deve ser direcionado pela assistência técnica para funcionar. Até 2004 a EBDA prestava essa assistência técnica. Com efeito, o Governo Lula, através do MDA, propôs uma “nova” política de ATER, incluindo-se entidades públicas e organizações da sociedade civil.

Assim tem muitas empresas que prestam a ATER com recursos do governo no território: a EBDA, a Fundação de Apoio aos/as Trabalhadores/as Rurais, Agricultores/as Familiares da Região do Sisal e Semiárido da Bahia (FATRES), a Fundação APAEB (Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira), o Movimento de Organização Comunitária (MOC), as Secretarias Municipais de Agricultura, a Ascoob e Sindicatos que, alguns, têm técnicos agrícolas, a Fase, Humanas e os bancos para o microcrédito rural (PRONAF B) (MARACAJÁ Djair Brandão 2009) (Glerton Mota).

O método das empresas de ATER é semelhante exceto na EBDA, a empresa do governo: a meta por técnico fica a mesma: de 200 produtores atendidos por ano, mas o atendimento é diferente. Assim na EBDA, “os projetos são quase - sempre individuais” e o técnico consegue fazer três ou quatro visitas por ano aos produtores (Eliakim Bernardes de Faria). Nas outras empresas de ATER, os projetos são mais coletivos e os técnicos conseguem uma visita por mês ou um mês sim, um mês não. Demais trabalham com todos os eixos da assistência técnica, tomando mais conta dos aspectos sociais (Glerton Mota).

2.2.4 Os agricultores familiares e as associações

São os beneficiários do programa, mas não são passivos: uma vez o projeto feito, eles fazem as demandas, e pagam as mensalidades. Também alguns produtores têm projetos próprios e procuram a ATER com esses projetos. Mas na maioria dos casos existem programas de incentivos e os técnicos das empresas de ATER ou dos bancos e cooperativas vão para as comunidades e apresentam projetos a comunidade.

Demais teoricamente participam ao Diagnóstico e Planejamento Rápido Participativo, mas na prática o técnico os faz.

Entorno de 30% das famílias não são atendidas pela assistência técnica no Território do Sisal o que depende muito do município e do tamanho dele. Com efeito, os recursos não são suficientes para atender todas as famílias e geralmente 5 empresas de ATER da assistência técnica num município com 1 técnico. Assim 800 a 1000 famílias são atendidas em cada município, exceto nos municípios que têm assentamentos (Montesanto, Quijingue, Itiuba, Santaluz, Cansanção, Tucano) onde são mais ou menos 2000 famílias atendidas.

As famílias não atendidas ficam em comunidades afastadas do centro e difíceis de acesso. São também comunidades que têm mais dificuldades e com qual o relacionamento é mais complicado (Glerton Mota). Assim a assistência técnica muito importante para o desenvolvimento das propriedades aumenta desigualdades, deixando ao lado comunidades e famílias.

Porém assistência técnica não significa crédito PRONAF. Com efeito, os técnicos preparam as famílias fazer um crédito mais isso pode demorar. Assim todas as famílias que fazem um crédito recebem a assistência técnica, mas o contrário não é certo.

2.3 Recursos

Financiamento: montante disponível

O PRONAF precisa de recursos para:

- As despesas administrativas dos bancos e cooperativas;
- Pagar o crédito aos produtores, dinheiro devolvido ao agente financeiro se não tem inadimplência ou um bônus de adimplência;
- Pagar a assistência técnica.

São os agentes financeiros que pagam para as despesas administrativas: não cobram o cadastro ao produtor.

Os recursos utilizados para o PRONAF são os recursos do Orçamento Geral da União – OGU, na parte do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ou do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste.

A assistência é paga em parte pelo produtor quem tem que paga-la pela lei. Assim paga 2-3% do que ele acessa o que não é suficiente. Por isso o governo financia uma grande parte através de outros programas: a ATER e a ATES prestadas pela EBDA e as empresas de ATER que dão uma assistência técnica não estatal muito mais barata do que o governo pode fazer.

Esses recursos que o governo dá às empresas de ATER para a assistência técnica são para:

- Comprar carros e material necessário para os técnicos poderem trabalhar;
- Pagar os técnicos
- Fazer cursos e capacitação, comprar alimentação...

Porém, segundo Ranusio Santos Cunha, as empresas de ATER não têm foco com a Assistência Técnica porque trabalham com muitos assuntos: saúde... e muitas vezes, o dinheiro que a União presta para a assistência técnica vai para outros programas.

2.4 Ações implementadas

2.4.1 Projetos do PRONAF no território

A maioria dos projetos do Território do Sisal são investimentos (Quadro I). Isso porque na região sisaleira, a criação de animais e a produção de sisal são as produções mais rentáveis tecnicamente e financeiramente. Assim viabilizar e reembolsar os empréstimos demoram uns anos: com os créditos investimento reembolsam em 8 anos em 6 parcelas com 2 anos de carência (Eliakim Bernardes de Faria).

A Figura 2 mostra que o número de empréstimos PRONAF ficou fraco até 2007 quando começou a aumentar. Assim até 2005 o PRONAF não era divulgado e os produtores tinham receio de se endividar. Demais a nova ATER chegou em 2004 o que facilitou a divulgação e preparou os produtores a fazer um crédito. Enfim os recursos disponíveis evoluíram junto com o número de pessoas acessarem ao PRONAF (Técnicos do território).

Essa figura mostra também que o número de contratos aumenta em paralelo com o montante total de créditos. Assim quando tem mais contratos no município, tem mais dinheiro no município.

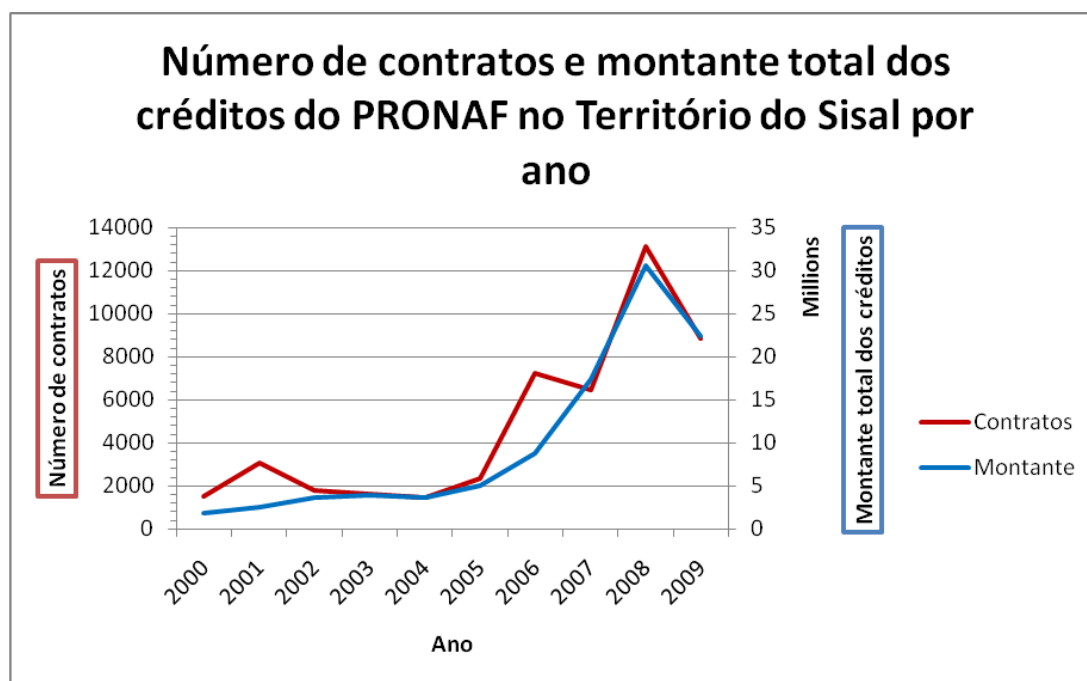


Figura 2: Número de contatos e montante total dos créditos do PRONAF no Território do Sisal por ano. FONTE: Sistema de Monitoramento e Avaliação do PRONAF (SMAP). Acesso 02/06/2010.

No Território do Sisal, as maiorias dos projetos desenvolvidos são para a criação de caprinos e ovinos de leite, de corte ou mistos (reforma de cercas e compra de animais), a apicultura e a produção de sisal. Poucos agricultores familiares têm bovinos na região, mas alguns fazem projetos de criação de suínos ou aves.

Os projetos dependem da política da empresa de ATER: assim a APAEB faz, sobretudo projetos de criação de caprinos e produção integrada de sisal. Com efeito, a APAEB tem um laticínio de leite de cabra e uma fábrica do tapete de sisal. Mais a maioria dos projetos fica semelhante (Virginia, Eliakim Bernardes de Faria, Glerton Mota).

2.4.2 Montantes dos créditos PRONAF

No Território do Sisal, a maioria dos municípios faz entre 2 000 e 4 000 empréstimos PRONAF entre Janeiro de 2000 e Abril de 2010 (Figura 4). A repartição dos créditos não é só a consequência do número de agricultores familiares no município. Assim em Itiúba onde tinha 1 819 agricultores familiares em 2006⁵, contrataram mais que 4 000 créditos PRONAF enquanto em Tucano contrataram entre 2 000 e 4 000 créditos com 5 894 agricultores familiares em 2006 (Figura 4). Assim a contratação do PRONAF depende também do dinamismo local e do atendimento dos produtores pela assistência técnica.

⁵ <http://sit.mda.gov.br/>). Acesso 12/07/2010

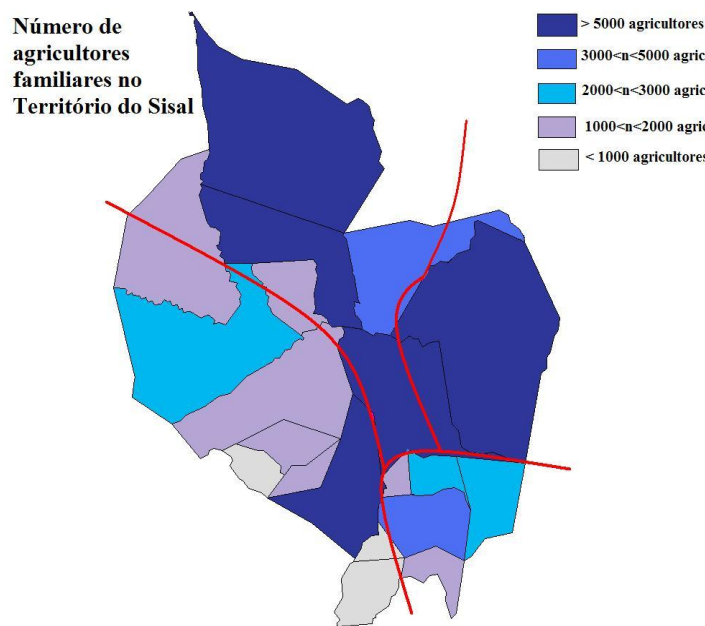
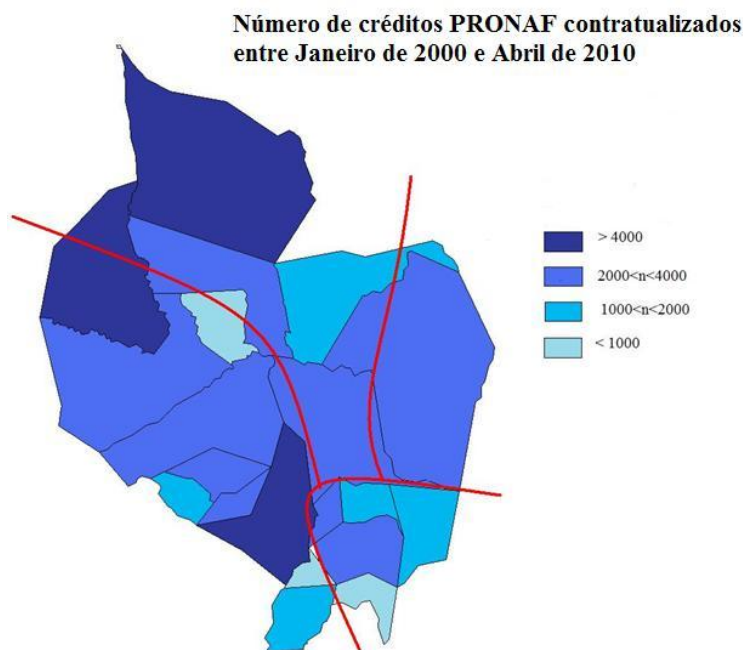


Figura 4: Repartição do número de créditos PRONAF contratualizados entre Janeiro de 2000 e Abril de 2010 no Território do Sisal (Fonte: Sistema de Monitoramento e Avaliação do PRONAF, MDA:

http://smap.mda.gov.br/credito/anofiscal/frm_municipioespecifico.asp?cboAnoInicio=1999&cboAnoTermino=2010&cboUF=29&SiglaDaUF=BA&NomeDaUF=Bahia&cboCDMunicipio=

Figura 4: número de agricultores familiares por município no do Sisal (Fonte: IBGE CENSO 2006, dados do Sistema de informações territoriais, MDA: <http://sit.mda.gov.br/>)

Por enquanto na Safra 2008/2009, o montante de empréstimos PRONAF por agricultor familiar em cada município fica entre 1 117 em Serrinha e 2 181 em Santaluz. Assim mesmo se esse montante dobra entre esses dois municípios, o montante de empréstimos por agricultor fica próximo: na safra de 2008/2009 as diferenças de atendimento dos agricultores familiares entre os municípios não existem muito mais (Quadro II).

Qualquer coisa há cidades onde tem mais dinheiro girando (Figura 4, Figura 5). Isso tem consequências sobre o desenvolvimento econômico das cidades, nomeadamente depois de 10 anos. Assim em 10 anos, teve mais dinheiro girando em Itiuba, Montesanto e Conceição do Coité que nas outras cidades.

Quadro II: Número de agricultores familiares e conjunto dos empréstimos PRONAF feitos na safra 2008/2009 (Fonte: SEAGRI Bahia6)

Municípios	Agricultores Familiares (Número)			Total		Total Geral	Montante de empréstimos por agricultor familiar
	Grupo B	Demais	Total	Custeio	Investimento	(Investimento + Custeio)	
1.Araci	3 061	2 221	5 282	1 998 900	5 294 100	7 293 000	1 381
2.Barrocas	0	0	0	0	0	0	0
3.Biritinga	1 782	828	2 630	795 200	2 514 300	3 309 500	1 258
4.Candeal	198	367	565	330 300	643 950	974 250	1 724
5.Cansanção	4 110	1 765	6 084	2 111 000	6 092 250	8 203 250	1 348
6.Conceição do Coité	3 494	1 847	5 423	1 867 300	5 359 950	7 227 250	1 333
7.Ichú	550	368	918	331 200	909 300	1 240 500	1 351
8.Itiúba	1 309	1 873	3 304	1 990 700	3 876 300	5 867 000	1 776
9.Lamarão	1 015	498	1 513	448 200	1 433 550	1 881 750	1 244
10.Monte Santo	5 961	4 269	10 368	4 187 100	10 647 900	14 835 000	1 431
11.Nordestina	560	651	1 211	585 900	1 298 850	1 884 750	1 556
12.Queimadas	526	1 383	1 909	1 244 700	2 261 550	3 506 250	1 837
13.Quinjingue	2 405	2 137	4 707	2 335 800	5 183 700	7 519 500	1 598
14.Retiroândia	518	654	1 172	588 600	1 271 400	1 860 000	1 587
15.Santa Luz	672	1 137	2 075	1 688 300	2 836 950	4 525 250	2 181
16.São Domingos	188	476	664	428 400	783 600	1 212 000	1 825
17.Serrinha	4 312	1 396	5 708	1 256 400	5 118 600	6 375 000	1 117
18.Teofilândia	1 722	986	2 708	887 400	2 622 600	3 510 000	1 296
19.Tucano	2 386	2 625	5 384	3 295 000	6 452 250	9 747 250	1 810
20.Valente	400	436	836	392 400	888 600	1 281 000	1 532
TOTAL	35 169	25 917	62 461	26 762 800	65 489 700	92 252 500	1 477

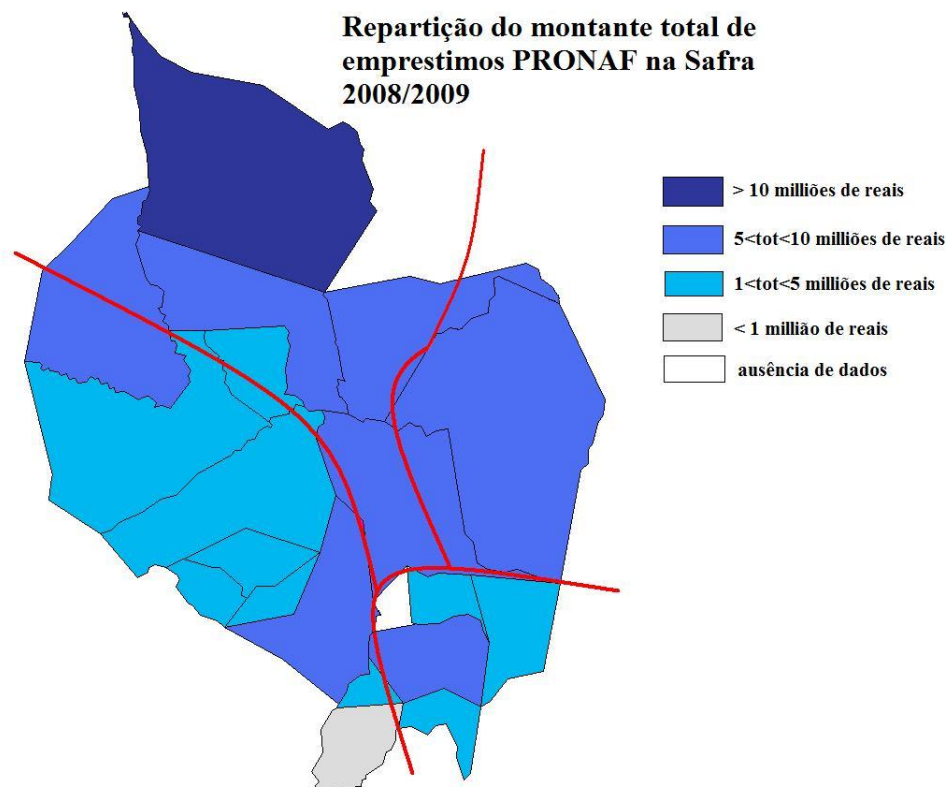


Figura 5: Repartição do montante total de empréstimos PRONAF na Safra 2008/2009 (Fonte: SEAGRI Bahia)

3 GOVERNANÇA

3.1 Inter-relações entre os atores

Os principais atores do território são os agricultores familiares, as empresas de ATER incluído a EBDA e os agentes financeiros. Em função da metodologia das empresas de ATER, as relações com os agricultores familiares são diferentes: assim a EBDA tem mais atua com os agricultores familiares e pouco com as associações de agricultores familiares. As outras empresas de ATER ao contrario atuam muito com as associações e com os agricultores familiares só se precisar: organizam reuniões através da associação para incentivar os produtores e dar uma assistência técnica coletiva.

Também os agricultores familiares têm relações com os agentes financeiros: fazem as demandas de créditos, muitas vezes com o apoio dos técnicos, reembolsam as parcelas ainda com o apoio dos técnicos para lembrar aos agricultores familiares a importância de pagar em ponto, nomeadamente quando tem um bônus de adimplência. Demais para o PRONAF B são os agentes financeiros quem apóiam os

agricultores familiares. Porém não dão uma assistência técnica, os projetos sendo números demais.

Assim as empresas de ATER, incluído a EBDA apóiam os agricultores familiares com as demandas de crédito e seu reembolso. Também são os técnicos quem falam com os agentes financeiros quando a liberação das parcelas for precisa para o produtor.

Existem também reuniões com as empresas de ATER: assim sentam junto nas reuniões das PLATER, comissões municipais da ATER, criadas em 2007 dentro do programa UNIATER do governo Wagner. Assim escolheram as comunidades que cada empresa de ATER ia apoiar no Território. Com efeito, antes de 2007 tinha agricultores familiares que tinham varias assistências técnicas, o que impedia outras famílias acessar ao programa e também nem ajudava o produtor. Esse escolha foi fonte de conflitos, as empresas de ATER querendo dar a assistência técnica às mesmas comunidades (Glerton Mota).

Enfim o conjunto dos atores menos os agricultores familiares se reúne também através do Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CODES) do Grupo de Trabalho “Agricultura Familiar”. Durante essas reuniões discutem todas as políticas ligadas ao acesso a terra, produção, beneficiamento e comercialização, ATER, ATES e créditos ligados a agricultura familiar.

Enfim a SUAF coordena o PRONAF, mas os atores do Território têm poucas relações com ela.

As relações entre os atores são esquematizadas na Figura 6.

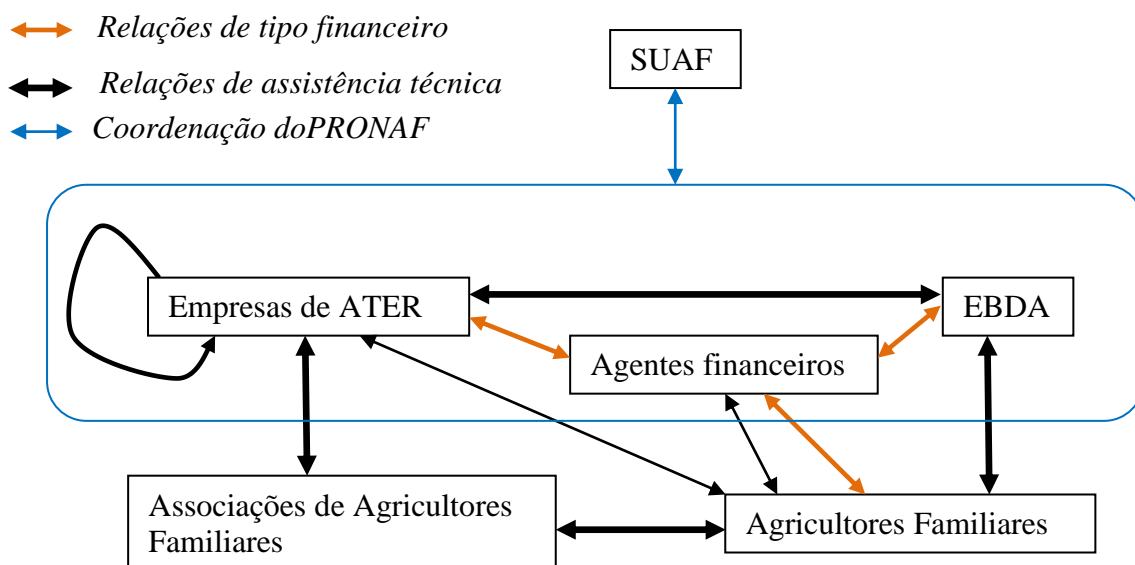


Figura 6: Inter-relações entre os atores do PRONAF

3.2 Sistema de orientação e do monitoramento

O Sistema de Monitoramento e Avaliação do PRONAF (SMAP) oferece dados e informações para permitir o exercício do monitoramento de determinadas ações sob a gestão da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). O acesso ao SMAP é restrito a pessoas credenciadas que consultam dados e informações registradas no SMAP.

No entanto, o público tem acesso aos dados do Crédito Rural por ano fiscal e por ano agrícola⁷.

3.3 Problemas, Evolução e ajustes

3.3.1 Os produtores

A ATER fica ainda mais difícil porque os produtores não fazem sempre o que os técnicos aconselham. Demais muitos produtores faltam de formação agrícola e trabalham com um saber popular, tradicional. Assim fica complicado aliar esse saber ao saber técnico (Eliakim Bernardes de Faria, Virginia).

3.3.2 As taxas de inadimplência altas ao início

Quando o PRONAF foi estabelecido, os bancos e as cooperativas de crédito aceitaram muitos créditos. Foi até utilizar o PRONAF como incentivo para os agricultores familiares entrar na agência financeira.

Assim até 2002 a Coopere utilizava o PRONAF para atrair e todos os produtores com a DAP. “*Foi um desastre*”, vinham para o dinheiro sem nunca voltar. Ocorreram então muitos problemas de inadimplência. Por isso a Coopere se adaptou e estabeleceu critérios de conceição do PRONAF. O beneficiário deve:

- Pagar suas obrigações em dia;
- Usar os produtos e serviços da Sicoob-Coopere;
- Ter poupança na Sicoob-Coopere;
- Ficar na Sicoob-Coopere desde mais de um ano (Ranusio Santos Cunha).

Demais os produtores acharam meios para fazer mais PRONAF sem dificuldade: um produtor fazia um recebe de conceição numa parte de sua terra a seu(s) filho(s) que podiam assim fazer uma DAP e um empréstimo (PRONAF B). Com esse empréstimo, podiam comprar motos e nunca reembolsar ou mesmo ir embora. Os

bancos se adaptaram e contrataram técnicos para ir ao campo e seguir mais ou menos os empréstimos (PRONAF B) (Crisogno Santos).

Demais os bancos tinham dificuldades a trabalhar com associações, nomeadamente com a cobrança. Com efeito, muitas vezes não tinha continuidade nas associações e o presidente se apropriava o que era comprado com o empréstimo. Assim o Banco do Nordeste do Brasil não trabalha mais com associações nem as cooperativas e só concede empréstimos individuais (José Carlos Luz de Oliveira).

Esses problemas de inadimplência têm conseqüências sobre o agente financeiro que perde dinheiro, mas também sobre os outros produtores, um produtor não podendo fazer um PRONAF B se a taxa de inadimplência ficar superior a 15% no município dele (Secretaria da Agricultura Familiar - Ministério do Desenvolvimento Agrário 2007). Essa limite existe desde o início, mas evoluiu: foram de 5%, 10%. Assim em Valente já aconteceu que os empréstimos sejam bloqueados (Eliakim Bernardes de Faria).

3.3.3 A demora para conseguir um empréstimo

Os produtores estão confrontados ao problema do tempo. Assim teoricamente, para conceder um empréstimo PRONAF, não deve demorar aproximadamente 20 dias para um PRONAF B e 40 para os outros créditos PRONAF (José Carlos Luz de Oliveira). Por enquanto com o BNB demora até um ano (Eliakim Bernardes de Faria).

Segundo Divanildo, isso é por causa da burocracia do BNB e fica mais rápido com o Banco do Brasil.

Assim o critérios estabelecidos pelos bancos associados à burocracia aumentam o prazo de conceição dum empréstimo.

3.3.4 Como dar uma boa assistência técnica com uma meta de 200 agricultores familiares/técnico/ano

Uma das dificuldades encontradas pelas empresas de ATER é a meta de 200 agricultores familiares por técnico e por ano. Com efeito, para dar uma assistência técnica eficiente os técnicos têm que visitar os produtores uma vez por mês. Com tal meta não é possível fazer bons projetos e dar a assistência técnica atodos. Assim a EBDA que continua com um método individual só consegue visitar os produtores 3 ou 4 vezes por ano, ou seja uma vez cada 3 ou 4 meses. As empresas de ATER têm uma metodologia diferente: trabalham coletivamente com as associações de agricultores familiares: assim conseguem visitar cada associação todo mês ou um mês sim, um mês não e se tiver problemas com o produtor, dão um apoio individual (Eliakim Bernardes de Faria, Virginia, Glerton Mota).

Isso é possível graça a organização dos produtores: em cada comunidade tem pelo menos uma associação. O problema é que todos os produtores não são afiliados à

associação. Em consequência alguns produtores não recebem a assistência técnica. Demais essa metodologia fica complicada e segundo Eliakim Bernardes de Faria da EBDA, não funciona.

3.3.5 Como não prestar a assistência técnica aos mesmos produtores

Até 2007 tinha muitos produtores quem recebiam assistência técnica de varias empresas de ATER. Isso foi resolvido quando sentaram junto para escolher as comunidades graça a criação da PLATER.

3.3.6 A problemática da EBDA

A EBDA tem a reputação de dar uma assistência técnica pouco eficiente. Tem vários explicações por isso: a metodologia da EBDA associada às metas não permite a eficiência da assistência técnica. Demais a EBDA é uma empresa governamental. Assim a maioria dos técnicos são funcionários públicos que foram contratados 20 anos atrás.

De acordo com Glerton Mota a EBDA precisa contratar novos técnicos porque muitos dos técnicos atuais ficam com o conforto de um emprego seguro e não têm a mesma vontade de trabalhar que os técnicos das organizações. Porém segundo Eliakim Bernardes de Faria, o problema da EBDA é a dificuldade de obter os recursos por causa da burocracia. Assim não podem trabalhar bem sem bons carros, sem internet (até novembro de 2009, não tinham o internet)...

4 IMPACTOS PROVAVEIS DO PRONAF

Essa parte apresenta os impactos prováveis do PRONAF, fruto da reflexão e experiência dos atores do território. Assim além de ter falado sobre os impactos potenciais do PRONAF durante as entrevistas individuais, uma reunião foi feita com atores para falar disso. Com essas idéias, indicadores podem ser escolhidos para medir os impactos.

Esses impactos potenciais foram hierarquizados por eixo do desenvolvimento sustentável e dentro de cada eixo. Assim de acordo com os atores os maiores impactos sobre o território do sisal são sociais, seguidos pelos impactos econômicos. Depois vêm os impactos institucionais e ambientais.

4.1 Impactos sociais

O PRONAF dando acesso a credito as camadas da população mais pobres que nunca tinham tido acesso a um crédito antes, os impactos sociais são fundamentais. Assim melhorou a renda o que permitiu a distribuição das rendas (mais pessoas tem acesso ao capital), diversificou e consolidou a produção dos produtores familiares à origem do desenvolvimento da auto-estime e do bem-estar das famílias, duma independência

própria e duma segurança das famílias em caso de crise. Por isso o PRONAF tem um papel na diminuição da pobreza.

Essas conseqüências sobre a renda familiar e o desenvolvimento da propriedade impactam o trabalho infantil que diminuiu e assim melhorou a educação daquelas crianças e adolescentes quem trabalhavam.

Graça a melhoria das condições econômicas, os produtores se organizaram socialmente e aumentaram o numero de grupos de trabalho ligados a cooperativas informais e formais.

Assim a assistência técnica aumentou a organização dos agricultores, fortalecendo os laços sociais e modificando os métodos de trabalho graça um acesso a nova tecnologia e a um saber técnico ao lugar de tradicional. Demais a assistência técnica os ensina fazer planejamento financeiro e gerir a propriedade A assistência técnica mudou também as mentalidades, o agricultor familiar deixando de ter a visão de destruir a propriedade para produzir aproveitando dos recursos naturais (ex: caatinga destruída para criar animais) (Virginia).

Graça o PRONAF o processo de êxodo rural definitivo diminuiu tanto para o pai como para a mulher e os jovens, melhorando as relações intergeração. Assim existe ainda um processo de migração, mas fica sazonal.

Demais as linhas “mulher” e “jovem” o PRONAF deveriam participar a inclusão do gênero e do jovem. Mas poucas foram contratadas. O que pode melhorar o estatuto da mulher é a assistência técnica.

Assim o PRONAF tem muitos impactos sociais positivos. Porém poderia ter impactos negativos sobre a auto-estime dos produtores em dificuldade de reembolso, a inadimplência se tornando um fator de exclusão. Demais o PRONAF e a assistência técnica não são prestados a todas as famílias: infelizmente são as famílias mais pobres, menos organizadas e mais afastadas que não são atendidas, aumentando a desigualdade social.

4.2 Impactos econômicos

O PRONAF dando acesso a um crédito de produção tem impactos econômicos importantes: assim qualquer linha do PRONAF favorece a evolução da produção em termos de quantidade e também de qualidade. Por exemplo, os produtores melhoraram as raças, vendendo assim mais caro os animais. Isso é à origem da agregação do valor da produção e da melhoria de competitividade dos produtores.

Demais os produtores, apoiados pela ATER, fizeram projetos à origem da criação e do fortalecimento de novas atividades: assim no território se observa o desenvolvimento da criação de cabras associada à criação de laticínios. Outro exemplo é o uso do sisal: essa planta outrora vista como uma fonte de dinheiro através da fibra do sisal fica agora utilizada num sistema integrado. O residu do sisal

é utilizado para a alimentação animal. Com efeito, os produtores são formados a usar essa planta para alimentação e existe um projeto da APAEB de criação duma fabrica de alimentos animais com base o residuo do sisal.

O melhoramento genético dos animais e a criação de fábricas ou cooperativas de produção permitiram a agregação do valor dos produtos nas todas as cadeias produtivas. Demais substituindo os bovinos com os caprinos e ovinos, os produtores aumentaram a produção de carne na mesma área, e isso numa forma mais sustentável para o meio ambiente, o que permitiu uma agregação de valor.

A circulação dos recursos, a implementação dos projetos, a venda da produção e o aumento da renda têm também impactos importantes sobre o comercio local, e não só as lojas agropecuárias, criando um fluxo maior de recursos.

Enfim com o desenvolvimento do comercio, da assistência técnica obrigatória, e da produção no campo, a oferta de trabalho aumentou nos municípios em especial no meio agropecuário.

4.3 Impactos institucionais

O PRONAF sendo um crédito que tem que ser orientado com a ATER, as empresas de ATER se desenvolveu graça o crédito. Assim o PRONAF favoreceu o surgimento de uma nova ATER dada pela sociedade civil com uma melhor relação entre os atores. Isso tem também efeitos sobre o funcionamento da EBDA. Assim fortaleceu as organizações que prestam a ATER.

O PRONAF foi uma das primeiras políticas públicas de apoio aos agricultores familiares o que consolidou a agricultura familiar assim como os sindicatos. Com efeito, o peso das associações e sindicatos cresceu através da busca de informação pelos produtores.

Além disso, com a metodologia da ATER, coletiva através das associações comunitárias, o PRONAF fortaleceu as associações de produtores.

Enfim o PRONAF fortaleceu as cooperativas de crédito e é a origem da criação da maioria das cooperativas de crédito do território através do aquecimento da economia.

4.4 Impactos ambientais

“Todo financiamento ha intenção de transformar e quando transforma impacta sobre o ambiente” (José Carlos Luz de Oliveira). Assim o PRONAF amplia o desmatamento, o sobrepastagem e eventualmente a erosão: *“o pouco de reserva que o produtor tem acaba com os animais comprados com o empréstimo”* (José Carlos Luz de Oliveira).

Além disso, os produtores podem usar a madeira da caatinga para fabricar carvão o que poluí também o ar.

4.5 Impactos e indicadores

Conhecendo esses impactos potenciais, indicadores foram escolhidos para medir esses impactos. Demais os impactos foram hierarquizados: em vermelho os que parecem os maiores, em laranja os médios e em preto os menos importantes.

Demais os impactos do PRONAF foram hierarquizados dentro de cada eixo do desenvolvimento sustentável com os atores. Assim os impactos em vermelho são os mais importantes do eixo, os laranjas são menos importantes e os pretos têm pouca importância.

Eixo do desenvolvimento sustentável	Impactos	Indicadores
Social	Aumento e distribuição da renda (mais pessoas têm acesso ao capital)	Questionário: Qual é sua renda? Aumentou? Sua renda é estável? Qual é sua renda por mês mínima? Evolução da renda familiar media dos agricultores familiares (IBGE: censos) Evolução da intensidade de pobreza desde 1996 (2001: PTDRS,p43 PNUD/ONU, professor do Luciano)
	Acesso a uma nova tecnologia e a um saber técnico Aprendizagem sobre o planejamento financeiro e a gestão da propriedade	Questão durante a reunião do 20/07: os produtores são mais bem organizados? Mudaram suas técnicas de trabalho? Questionário para os produtores
	Diminuição do trabalho infantil e melhoria do acesso a educação	Questionário na reunião do 20/07
	Melhoria da auto-estime das famílias	Questionário as famílias?
	Diminuição do êxodo rural definitivo	Evolução do numero de migrações definitivas do campo para a cidade (IBGE) Evolução da população rural 1991, 2000 e 2008 (IBGE, PTDRS 1991 e 2000) Questionario para os produtores: Tem pessoas na família quem vão trabalhar fora? Quantas? Tinha antes do PRONAF? quantas?

Eixo do desenvolvimento sustentável	Impactos	Indicadores
	Aumento dos grupos de trabalho ligados a cooperativas informais e formais: se organizam socialmente em função da melhoria das condições econômicas	
	Inclusão do gênero e dos jovens	<p>Numero de grupos de mulheres trabalhando com o PRONAF (sindicato, empresas de ATER)</p> <p>Numero de mulheres chefes de família (EBDA)</p> <p>Número de jovens fazendo um crédito PRONAF (bancos ou DAP da EBDA)</p> <p>Número de casos policiais no campo de homens batendo mulheres (delegacia do município)</p> <p>Questionario: Que faz a mulher e o jovem? Evoluiu?</p>
	Pobreza e afastamento das famílias como fator de exclusão (agricultores familiares não atendidos por causa do afastamento ou da pobreza (técnicos não conseguem trabalhar com eles ou demais trabalho)	Numero de comunidades não atendidas e renda média das famílias dessas comunidades: comparação com a das famílias atendidas (IBGE, empresas de ATER, sindicatos)
Econômico	<p>Aumento da quantidade da produção</p> <p>Diversificação da produção</p>	<p>Evolução do número de frigoríficos nos municípios (SAC prefeitura)</p> <p>Número e preço de caprinos e ovinos vendidos na feira animal (registro da feira: itiuba, cansação+++ e montesanto)</p> <p>Número de feiras específicas de ovinos e caprinos criadas no território e data de criação (ADAB)</p> <p>Evolução do efetivo dos rebanhos (caprinos e ovinos) (2002: PTDRS p41, IBGE, 2010)</p>

Eixo do desenvolvimento sustentável	Impactos	Indicadores
		<p>Evolução da quantidade de sisal produzido e rendimento (2003: SEI/SEPLANTEC (PTDRS) p 35, IBGE, 2010)</p> <p>Evolução da produção de leite</p> <p>Questionário para o produtor: O que produz? O que produzia antes do PRONAF? (proporções) quanto produz? quanto produzia?</p>
	<p>Aumento da qualidade da produção e da competitividade</p>	<p>Evolução do preço dos ovinos e caprinos vendidos na feira animal (registro da feira: Itiuba, cansação+++ e Montesanto)</p> <p>Evolução do preço dos animais vendidos nos abatedouros (por kilo) (abatedouros)</p>
	<p>Desenvolvimento e aquecimento do comércio local</p>	<p>Evolução do montante (e montante total) dos créditos feitos por municípios (Gaëlle)</p> <p>Evolução do número de lojas agropecuárias e outras no município por ano e comparação com o número inicial (SAC município)</p> <p>Questionário nas lojas (cercas, material agropecuária (farmácia), de construção...): qual é o público que faz compras na sua loja? Você sabe se fazem crédito PRONAF? As vendas aumentaram esses últimos anos?</p>
	<p>Aumento da oferta de trabalho no meio agropecuário</p>	<p>Número de empresas de ATER e data de criação por município</p> <p>Número de técnico por empresa ou número de famílias atendidas (200/técnico/ano) e comparar com 2005 (ou outro ano) (CMDR (ótimo), empresas de ATER, não</p>

Eixo do desenvolvimento sustentável	Impactos	Indicadores
		esquecer as prefeituras e a reforma agrária) Evolução dos empregos rurais no município (SEI?)
	Criação de cooperativas de produção e fábricas assim como de grupos de trabalho	Numero de cooperativas de produção e fábricas criadas em vinculo com o PRONAF (???)
Institucional	Fortalecimento das organizações que prestam a ATER	Questionario durante a reunião 20/07/2010 Número de cooperativas de crédito criadas graça o PRONAF (tem 4, se pode verificar com a Sicoob/Ascoob e ver o vinculo com o PETI)
	Surgimento duma nova ATER mais social	
	Fortalecimento das associações de produtores	
	Mudança na metodologia dos agentes financeiros: relações mais próximas	
	Consolidação dos sindicatos Criação das cooperativas de crédito e consolidação da cooperativa já existente	
Ambiental	Desmatamento, Sobrepastagem, erosão e desertificação queimada de carvão e poluição do ar	Questionario aos produtores Número de fábricas de carvão, criadas graça o PRONAF no território e data de criação (projetos feitos nos bancos?)

Eixo do desenvolvimento sustentável	Impactos	Indicadores

Abreviações

APAEB: Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira

ATER: Assistência Técnica e Extensão Rural

ATES: Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária

BNB: Banco do Nordeste do Brasil

BNDES: Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social

CODES: Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável

Condraf: Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável

CONTAG: Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura

CMN: Conselho Monetário Nacional

CNA: Confederação Nacional da Agricultura

DNTR-CUT: Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores

MOC: Movimento de Organização Comunitária

EBDA: Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola SA

FATRES: Fundação de Apoio aos/as Trabalhadores/as Rurais, Agricultores/as Familiares da Região do Sisal e Semiárido da Bahia

FNE: Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste

OGU: Orçamento Geral da União

ONG: Organização Não Governamental

PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Provap: Programa de Valorização da Pequena Produção Rural

SUAF: Superintendência de Agricultura Familiar

SEAGRI: Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária

Pessoas entrevistadas

1. Crisogno Santos, coordenador da EBDA
2. Divanildo, técnico do STRAF de Conceição de Coité, presidente da associação "Flor de Caatinga"
3. Eliakim Bernardes de Faria, técnico da EBDA em Valente
4. Glerton Mota, coordenador da ATER na FATRES
5. Gustavo Dorea Carneiro, gerente de agência do BNB
6. José Carlos Luz de Oliveira, agente de desenvolvimento do BNB
7. Ransio Santos Cunha, Presidente da Sicoob Coopere, Cooperativa de Crédito Rural do Semi-árido da Bahia LTDA
8. Virginia, fundação APAEB
9. E também técnicos das empresas de ATER

Bibliografia

- Bonnal, Philippe, et Karina Kato. 2009. *Eixo temático: análise comparativa das políticas públicas de desenvolvimento territorial*.
http://www.unicampo.org.br/francabr/images/apresentacoes/Mesa2/bonnal-kato-consultoria_IICA_produto_2-2009.pdf (Accédé Mai 5, 2010).
- Cardoso, Fernando Henrique. 1996. *Decreto N°1946, de 28 de junho de 1996 cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e da outras providências*.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1946.htm (Accédé Mai 5, 2010).
- MARACAJÁ Djair Brandão. 2009. ““Reconversão da Agricultura: _ busca de novo modelos” Os Desafios da Extensão Rural Pública no Processo de Desenvolvimento.”.
- Secretaria da Agricultura Familiar - Ministerio do Desenvolvimento Agrario. 2007. *Portaria SAF n° 105, de 23 de novembro de 2007 (DOU 03/12/2007)*.
http://www.google.com.br/#hl=pt-BR&q=PRONAF+taxa+inadimplencia&aq=f&aqi=&aql=&oq=&gs_rfai=&fp=f927b2893393c4d4 (Accédé Juillet 12, 2010).
- Tonneau, Jean-Philippe, et Eric Sabourin. 2009. “Agriculture familiale et politiques publiques de développement territorial : le cas du Brésil de Lula.” *Confins*.
<http://confins.revues.org/index5575.html> (Accédé Avril 29, 2010).

ANEXE 1: Público-Alvo e Condições Operacionais dos Grupos e Linhas do PRONAF

Posição: Setembro/ 2009

Grupos e Linhas	Público-Alvo	Modalidade	Finalidade	Crédito	Juros	Bônus de Adimplência ⁽²⁾	Prazo e Carência
A	Agricultores assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), público-alvo do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) e reassentados em função da construção de barragens	Investimento	Financiamento das atividades agropecuárias e não-agropecuárias	Até R\$ 21.500,00 por agricultor, em, no mínimo, 3 operações. (Para estruturação complementar: até R\$ 6.000,00)	0,5 % ao ano (Para estruturação complementar: 1 % ao ano)	44,186% (se houver assessoria empresarial e técnica) ou 40% nos demais casos, aplicado em cada parcela ⁽³⁾	Prazo de até 10 anos, incluídos até 3 anos ⁽⁴⁾ de carência
A/C	Agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou público-alvo do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)	Custeio ⁽⁵⁾	Financiamento do custeio de atividades agropecuárias, não-agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização da produção	Até R\$ 5.000,00 por operação, podendo cada agricultor contratar, no máximo, 3 operações de custeio	1,5 % ao ano	Não se aplica	Custeio agrícola: até 2 anos Custeio pecuário: até 1 ano
B	Agricultores familiares com renda bruta anual familiar de até R\$ 6.000,00	Investimento	Financiamento das atividades agropecuárias e não-agropecuárias	R\$ 4.000,00 ⁽⁶⁾ , limitado a R\$ 2.000,00 por operação	0,5 % ao ano	25% aplicado em cada parcela	Prazo de até 2 anos, incluído até 1 ano de carência
C	Agricultores familiares titulares de declaração de aptidão (DAP) válida do grupo C, emitida até 31/03/2008, os quais, até 30/06/2008, ainda não tinham contratado as 6 operações de custeio com bônus	Custeio ⁽⁵⁾	Financiamento de custeio, isolado ou vinculado, até a safra de 2012/2013	De R\$ 500,00 até R\$ 5.000,00	3% ao ano	R\$ 200,00 por produtor	Custeio agrícola: prazo de até 2 anos Custeio pecuário: prazo de até 1 ano
COMUM	Agricultores familiares com renda bruta anual acima de R\$ 6.000,00 e até R\$ 110.000,00	Investimento e custeio ⁽⁵⁾	Financiamento da infra-estrutura de produção e serviços agropecuários e não-agropecuários no estabelecimento rural e também custeio agropecuário	Custeio: até R\$ 40.000,00 Investimento: Até R\$ 36.000,00	Custeio Até R\$ 5 mil: 1,5 % ao ano De R\$ 5 mil a R\$ 10 mil: 3 % ao ano De R\$ 10 mil a R\$ 40 mil: 5 % ao ano Investimento: Até R\$ 7 mil: 1 % ao ano De R\$ 7 mil a R\$ 18.000,00: 2 % ao ano De R\$ 18 mil a R\$ 28 mil – 4% ao ano (empreendimento fora do semi-árido) De R\$ 18 mil a R\$ 28 mil – 5,0 % ao ano com bônus de adimplência sobre os juros (empreendimento no semi-árido) De R\$ 28 mil a R\$ 36 mil – 5,0 % ao ano com bônus de adimplência sobre os juros	Investimento: De R\$ 18 mil a R\$ 28 mil (empreendimento no semi-árido) – 25% sobre os juros De R\$ 28 mil a R\$ 36 mil – 25% sobre os juros para empreendimentos no semi-árido e 15% fora do semi-árido	Investimento: prazo de até 8 anos ⁽⁷⁾ , incluídos até 3 anos de carência ⁽⁴⁾ Custeio agrícola: prazo de até 2 anos Custeio pecuário: prazo de até 1 ano

Grupos e Linhas	Público-Alvo	Modalidade	Finalidade	Crédito	Juros	Bônus de Adimplência ²	Prazo e Carência
Agro-indústria	Produtores rurais familiares enquadrados nos grupos A, A/C, B e PRONAF-Comum e suas cooperativas e associações	Investimento	Financiamento para a implantação, ampliação, recuperação ou modernização de pequenas e médias agroindústrias	Até R\$ 18.000,00	Até R\$ 7 mil – 1% ao ano	Não se aplica	Prazo de até 12 anos, incluídos até 4 anos de carência ⁽⁴⁾
					De R\$ 7 mil a R\$ 18 mil – 2% ao ano		
Mulher	Mulheres agricultoras, independente do estado civil, integrantes de unidades familiares enquadradas no PRONAF-Comum	Investimento	Financiamento da infra-estrutura de produção e serviços agropecuários e não-agropecuários no estabelecimento rural de interesse da mulher agricultora	Até R\$ 36.000,00	Até R\$ 7 mil – 1% ao ano	De R\$ 18 mil a 28 mil (empreendimento no semi-árido) – 25% sobre os juros De R\$ 28 mil a 36 mil – 25% sobre os juros para empreendimentos no semi-árido e 15% fora do semi-árido	Prazo de até 8 anos ⁽⁷⁾ , incluídos até 3 anos ⁽⁴⁾ de carência
					De R\$ 7 mil a R\$ 18 mil – 2% ao ano		
					De R\$ 18 mil a R\$ 28 mil – 4% ao ano (fora do semi-árido)		
					De R\$ 18 mil a R\$ 28 mil – 5,0 % ao ano com bônus de adimplência sobre os juros (empreendimento no semi-árido)		
					De R\$ 28 mil a R\$ 36 mil – 5% ao ano com bônus de adimplência sobre os juros		
Jovem	Jovens agricultores(as) familiares, entre 16 a 29 anos, que cursaram ou estejam cursando o último ano em centros de formação por alternância ou em escolas técnicas agrícolas de nível médio ⁽⁸⁾	Investimento	Financiamento da infra-estrutura de produção e serviços agropecuários e não-agropecuários no estabelecimento rural de interesse do jovem agricultor	Até R\$ 7.000,00	1% ao ano	Não se aplica	Prazo de até 10 anos, incluídos até 3 anos ⁽⁴⁾ de carência
Semi-árido	Agricultores familiares enquadrados nos Grupos A, A/C, B e PRONAF-Comum	Investimento	Financiamento de projeto de convivência com o semi-árido, priorizando a infra-estrutura hídrica	Até R\$ 7.000,00	1% ao ano	Não se aplica	Prazo de até 10 anos, incluídos até 3 anos de carência
Agrinf	Cooperativas, associações ou outras pessoas jurídicas, que tenham, no mínimo, 90% de seus integrantes ativos agricultores familiares enquadrados no PRONAF	Custeio	Financiamento do custeio do beneficiamento e industrialização de produção própria e/ ou de terceiros	Até R\$ 5.000.000,00, observado o limite individual de R\$ 5.000,00 por co-emitente, ou por sócio, associado ou cooperado	4 % ao ano	Não se aplica	Prazo de até 12 meses

Grupos e Linhas	Público-Alvo	Modalidade	Finalidade	Crédito	Juros	Bônus de Adimplência ²	Prazo e Carência
Agroecologia	Agricultores familiares enquadrados no grupo PRONAF-Comum	Investimento	Financiamento dos sistemas de produção agro-ecológicos ou orgânicos	Até R\$ 36.000,00	Até R\$ 7 mil – 1% ao ano	De R\$ 18 mil a R\$ 28 mil (empreendimento no semi-árido) - 25% sobre os juros De R\$ 28 mil a 36 mil - 25% sobre os juros para empreendimentos no semi-árido e 15% para fora do semi-árido	Prazo de até 8 anos, incluídos até 3 anos de carência
					De R\$ 7 mil a R\$ 18 mil – 2% ao ano		
					De R\$ 18 mil a R\$ 28 mil – 4% ao ano (empreendimentos fora do semi-árido) incluindo carencia		
					De R\$ 18 mil a 28 mil - 5% ao ano com bônus de adimplência sobre os juros (empreendimentos no semi-árido)		
					De R\$ 28 mil a 36 mil - 5% ao ano com bônus de adimplência sobre os juros		
Floresta	Agricultores familiares enquadrados nos grupos A,A/C, B e PRONAF-Comum	Investimento	Financiamento de projetos de sistemas agro-florestais com recursos do FNE destinado ao público alvo do PRONAF Comum.	Até R\$ 14.000,00	1% ao ano	Não se aplica	Prazo de até 20 anos incluída carência limitada de até 12 anos, nos financiamentos com recursos do FNE, destinados exclusivamente para projetos de sistemas agroflorestais, e ao público- alvo do PRONAF Comum. Prazo de até 12 anos, incluída a carência limitada de até 8 anos, nos demais casos
			Demais casos	Até R\$ 7.000,00			

Grupos e Linhas	Público-Alvo	Modalidade	Finalidade	Crédito	Juros	Bônus de Adimplência ⁽²⁾	Prazo e Carência
ECO	Agricultores familiares enquadrados no Grupo PRONAF-Comum	Investimento	Financiamento de projetos de tecnologias de energia renovável e ambientais, silvicultura, armazenamento hídrico, pequenos aproveitamentos hidroenergéticos e adoção de práticas conservacionistas e de correção da acidez e fertilidade do solo	Até R\$ 36.000,00	<p>Até R\$ 7 mil: 1 % ao ano</p> <p>De R\$ 7 mil a R\$ 18 mil: 2 % ao ano</p> <p>De R\$ 18 mil a R\$ 28 mil: 4% ao ano (empreendimentos fora do semi-árido)</p> <p>De R\$ 18 mil a R\$ 28 mil: 5 % ao ano com bônus de adimplência sobre os juros (empreendimentos no semi-árido)</p> <p>De R\$ 28 mil a R\$ 36 mil – 5% ao ano com bônus de adimplência sobre os juros.</p>	De R\$ 18 mil a R\$ 28 mil (empreendimentos no semi-árido) - 25% sobre os juros. De R\$ 28 mil a 36 mil – 25% sobre os juros para empreendimentos no semi-árido e 15% fora do semi-árido.	Prazo de até 8 anos, incluídos até 3 anos de carência ⁽⁹⁾
Mais Alimentos	Agricultores familiares enquadrados no público-alvo do Pronaf-Comum, observando-se que 70% da renda da família será oriunda das atividades relacionadas na Nota ⁽¹⁰⁾ abaixo	Investimento	Financiamento de projetos de investimentos voltados para as atividades relacionadas na Nota ⁽¹⁰⁾ abaixo podendo as operações ser contratadas até 30/06/2010	Acima de R\$ 7.000,00 e até R\$ R\$ 100.000,00	2% ao ano	Não se aplica	Até 10 anos, incluídos até 3 anos de carência
PRONAF – Emergencial	Agriculturas familiares enquadrados no público alvo do Grupo A, A/C ou B, com empreendimentos nos municípios dos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba ou Bahia que tiveram perdas de renda em função de enchentes e cujos municípios tenham decretado situação de emergência ou estado de calamidade pública entre 01/04/2009 e 27/05/2009, reconhecidos pelos governos estaduais até 15/06/2009.	Investimento	Financiamento de atividades agropecuárias e não-agropecuárias	Até R\$ 2.000,00	0,5 % ao ano	Não se aplica	Função da capacidade de pagamento do mutuário, observado o máximo de 24 meses, inclusive a carência.

NOTAS:

- (1) Quanto às garantias – Consulte o Banco, pois há casos em que é exigida apenas a garantia pessoal do produtor (a).
- (2) O produtor somente fará jus ao Bônus se pagar às parcelas do financiamento em dia.
- (3) Em financiamentos de projetos de estruturação complementar não há bônus de adimplência.
- (4) A carência poderá chegar até 5 anos, quando a atividade assistida requerer esse prazo e o projeto técnico comprovar essa necessidade, exceto quando se tratar da aquisição de tratores e implementos agrícolas novos, caso em que a carência não poderá superar os 3 anos.
- (5) Nos casos dos custeios agrícolas é obrigatória a adesão ao PROAGRO MAIS.
- (6) Alcançado esse limite, os novos financiamentos que forem concedidos não terão bônus de adimplência.
- (7) O prazo poderá chegar até 10 anos, incluindo até 3 anos de carência quando se tratar da aquisição de tratores e implementos agrícolas novos.
- (8) Os jovens são pertencentes a famílias enquadradas nos Grupos A, A/C, B e PRONAF-Comum.
- (9) Observado que para projetos de miniusinas de biocombustíveis o prazo é de até 12 anos, incluídos até 3 anos de carência. Para projetos de silvicultura até 12 anos, incluídos até 8 anos de carência, podendo o prazo da operação ser elevado para até 16 anos, sem elevação de carência, quando a atividade financiada requerer. Para projetos de práticas conservacionistas e de correção de acidez e fertilidade do solo o prazo é de até 5 anos, incluídos até 2 anos de carência.
- (10) Atividades para a produção de açafrão, arroz, café, centeio, feijão, mandioca, milho, sorgo, trigo, fruticultura, olericultura, apicultura, aquicultura, avicultura, bovinocultura de corte e de leite, caprinocultura, ovinocultura, pesca e suinocultura.